

crises do século

ESTUDOS DO SÉCULO

XX

número 10 • 2010

elites, preparada pela socialização política da esquerda nas universidades, do que a uma ruptura social. Serviu ainda para a promoção de novas elites intermédias» (p. 730). En resumen, en su opinión, la caída del régimen salazarista provocó el ascenso del partido comunista, que luego fue rechazado por sus comportamientos. La solución fue crear un nuevo espacio natural de la vida pública, inicialmente con tutela militar y con dirección de una «elite gubernamental». Las consecuencias de ellos han sido desiguales, porque se ha creado un Estado no excesivamente eficaz que ha privilegiado las rentas medias-altas. Pero para llegar a él han sido necesarios diez siglos. La interpretación de esa larga trayectoria sigue abierta, pero este trabajo viene ayudar a cerrarla.

Ángel Rodríguez Gallardo
Universidade de Vigo/CEIS20

TRINDADE, Luís – *Introdução à vida intelectual. Intelectualidade, crise e senso comum nos anos 30 em Portugal*. Coimbra: CEIS20, 2007. 35 p. (Cadernos do CEIS20; 4). ISBN 978-972-8627-04-1

Luís Trindade é docente de cultura portuguesa no Birkbeck College da Universidade de Londres, investigador e membro da direcção do Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa e colaborador do Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra – CEIS20.

Trindade doutorou-se em História Cultural Contemporânea pela Universidade

Nova de Lisboa e conta com vários trabalhos publicados nesse âmbito científico, demonstrado um especial interesse pelas relações entre cultura, política e história, durante boa parte do século XX, desde os inícios do Estado Novo até ao período revolucionário de 1974-75. Tem dedicado os seus estudos à história dos intelectuais, à cultura de massas (cinema, imprensa e publicidade) e reflectido sobre vários assuntos que tocam temáticas pertinentes, em estudos culturais e na historiografia portuguesa, como identidade nacional, nacionalismo, modernismo, neo-realismo, marxismo e colonialismo.

Em 2007, o Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra – CEIS20, deu à estampa o seu trabalho: *Introdução à vida intelectual. Intelectualidade, crise e senso comum nos anos 30 em Portugal*, resultante de pesquisas e reflexões em torno dos intelectuais e do universo intelectual português das primeiras décadas do século XX. O presente estudo é constituído por 35 páginas e está organizado em torno de quatro temas (1 – O privilégio intelectual; 2 – A defesa do gosto; 3 – Resistência civilizacional; 4 – Um conservadorismo modesto; 5 – O silêncio dos intelectuais).

A principal proposta desta obra é analisar o posicionamento dos intelectuais portugueses perante o contexto sociopolítico e os movimentos culturais, que vigoravam na Europa e no país, no período marcado pela crise do liberalismo e ascensão do autoritarismo. Para tal, o autor fez a análise do(s) discurso(s) produzido(s) pela elite intelectual, que apesar de dominar o universo jornalístico, literário e cultural, se sentia em crise e ameaçada pelo aparecimento da cultura de massas, de novos paradigmas culturais e da sujeição e comprometimento dos intelectuais aos interesses políticos.

Em última análise, Trindade procurou reflectir sobre a crise intelectual e cultural que existia em Portugal na fase de institucionalização e consolidação do Estado Novo (1933-1945), período que constitui a primeira fase da ditadura de Salazar, e que segundo o autor, devido às circunstâncias políticas e sociais moldadas por um conservadorismo estrutural, caracteriza-se por um «vazio» no campo intelectual, isto é pela «ausência de complexidade, a incapacidade de problematização e a recusa de controvérsia.» (p. 33), embora a produção intelectual em Portugal tenha sido bastante volumosa e tenha alcançado as mais variadas tipologias de publicações desde jornais, passando pela dramaturgia, chegando mesmo ao discurso político.

Esta investigação coloca os intelectuais, independentemente da corrente cultural em que se inscreviam, como membros das elites portuguesas, isto é, como elementos privilegiados da sociedade, notoriamente conservadora, fechada e classista. Como tal, as suas preocupações nunca versaram sobre a criação de públicos e a formação de opinião, antes pelo contrário, o(s) discurso(s) dos intelectuais era elitista e paternalista, adoptando uma posição assumidamente doutrinária e pedagógica. Como se sabe, a leitura e a cultura eram domínios reservados aos estratos superiores da sociedade portuguesa, por conseguinte o discurso intelectual assim como o campo cultural estavam reservados a uma pequena parcela da sociedade.

De acordo com autor, na década de trinta, quando despontavam ideologias como o fascismo e o nazismo na Europa e o regime português adquiria características autoritárias, a Espanha vivia uma guerra civil (1936-1939) e o mundo era palco de mais uma grande guerra (1939-1945) as reflexões e as principais preocupações da intelectualidade portuguesa recaíam

sobre a defesa do papel e do estatuto do intelectual e de uma *cultural intelectual*, desprezando e desvalorizando os outros tipos de cultura e os agentes culturais a eles associados.

Durante este período, segundo o investigador, os discursos tanto de tendência democrática como autoritária, manifestavam o desejo de limitar a mobilidade social e patenteavam a ameaça ao estatuto do intelectual, uma vez que desejavam preservar a supremacia do universo letrado e cultural que era ameaçado sobretudo pela rádio e pelo cinema. Neste sentido, tentaram sistematizar o perfil ideal do intelectual e atribuir-lhe uma missão especial de elevação cultural do país, onde se revelava o receio e a insegurança perante a emergência da cultura de massas e de uma opinião pública formada, informada e crítica. A intelectualidade portuguesa sentia-se ameaçada com as alterações no panorama cultural e social, facto que levantou muitas polémicas nesse meio, fazendo despontar a defesa pela superioridade e pela aristocratização do meio intelectual, reproduzindo deste modo antigos esquemas sociais, tornando claro que todo este processo estava relacionado com a defesa da segurança profissional, que era extremamente dependente de instituições públicas, tornando-se desta forma compreensível a atitude conformista, conservadora e acrítica durante um contexto tão conturbado como o dos anos trinta.

Este trabalho vem ao encontro de muitos outros já realizados sobre o Estado Novo, no sentido em que o salazarismo interpretou os anseios das elites, neste caso a dos intelectuais (dos mais variados posicionamento políticos e correntes intelectuais) e correspondeu, em certa medida, às suas expectativas. Sendo mais um contributo para a tese de que a ditadura liderada por

Oliveira Salazar foi apoiada pelos vários sectores sociopolíticos e respondeu às necessidades e aos projectos das elites portuguesas. O mérito deste estudo está sobretudo na forma crítica como reflecte sobre o papel dos intelectuais portugueses, que dominam o contexto cultural, durante o período conturbado, a nível nacional e internacional, dos anos trinta. Durante esta época ocorreram debates na cultura portuguesa sobre movimentos intelectuais e a emergência de novas ideologias políticas e culturais. Mas, as publicações de carácter literário de maior circulação, entre os estratos superiores da sociedade, arredaram-se dessas questões, reflectindo essencialmente sobre a crise da intelectualidade e da cultura em Portugal.

O estudo em análise, que se situa na dimensão da História Intelectual e Cultural, privilegiou como método científico a análise do discurso. Neste sentido, o autor recolheu e analisou discursos publicados, entre 1933 e 1943, por figuras que usufruíam de visibilidade do meio cultural como Agostinho de Campos, Cruz de Malpique, Emílio Costa, Fidelino de Figueiredo e José Bacelar, colocando desta forma no centro da reflexão alguns dos indivíduos que se destacavam e dominavam e o panorama cultural da época.

Esta publicação poderá ser de grande interesse, essencialmente, para um público académico, constituído por estudantes e investigadores, que desenvolvam trabalhos científicos sobre as seguintes temáticas: intelectuais, cultura, literatura e salazarismo.

Eliana Brites Rosa
Doutoranda da Faculdade de
Geografia e História da Universidade de
Santiago de Compostela/CITCEM

ÁLVARES, Pedro – *O Tratado de Lisboa e o Futuro da Europa*. Lisboa: Comissão Europeia, Maio de 2009.

Pela sua actualidade temática e publicação recente, esta obra é fundamental para divulgar um estudo de um especialista na área, Pedro Álvares, que, para além de mostrar a novidade do *Tratado de Lisboa*, reflecte, também, sobre o futuro da Europa.

Trata-se de um autor que se associa imediatamente aos estudos na área, pelas relevantes obras já publicadas, entre as quais são de destacar *A Europa e o Mundo*, *Os Caminhos do Futuro*, Maastricht, *A Europa e o Futuro*, ou, sobre Portugal, a clássica e incontornável obra *Portugal na CEE*. Tendo sido conselheiro técnico principal na representação de Portugal junto das Comunidades Europeias, e um dos negociadores do Uruguai Round, os seus escritos conciliam a experiência na área com uma profunda reflexão crítica.

Este estudo surgiu na sequência de um concurso promovido pelo *Centro de Informação Jacques Delors* (CIEJD) para a criação e publicação de uma obra sobre o Tratado de Lisboa e o Futuro da União Europeia, para divulgação a mais alargada possível, junto dos cidadãos portugueses a partir de uma distribuição a todas as bibliotecas públicas do país, a propósito da celebração do Dia da Europa. Daí estar sob a chancela de uma empresa gestora de conteúdos e eventos culturais, *Tribuna da Memória Multimédia*, Lda. (TMM), em parceria com a editora *Edeline*.

Para além de pretender pôr em prática a ideia de uma «Europa dos Cidadãos», ou, mais realisticamente, aproximar os cidadãos dessa desconhecida Europa, e nesse sentido, ser considerada de interesse público, Pedro Álvares vem «desmistificar» a ideia de que os assuntos